

SESSÃO NACIONAL
25 e 26 de maio de 2015

Ensino Público e Privado: que desafios?

Recomendação à Assembleia da República

Aprovada na Sessão Plenária de 26 de maio de 2015

Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Criação de estágios e outras atividades vocacionais em todas as áreas de ensino, a fim de preparar os alunos para a vida profissional, canalizando os seus interesses. Um dos grandes problemas com que os alunos se deparam é o facto de estarem “formatados” para determinados conteúdos.
2. Maior acompanhamento vocacional dos discentes, maior oferta de cursos técnico-profissionais e inserção nos programas académicos de oficinas que promovam a cultura e as artes.
3. Redução do abandono escolar precoce. Para que o mesmo se consiga contornar é importante que as escolas ofereçam aos alunos oportunidades mais práticas e alternativas aos cursos de vertente teórica (ou seja, maior aposta no ensino profissional e maior integração da componente prática no ensino regular). Além disso, é necessário que a escola incentive os seus alunos a prosseguir os estudos.

SESSÃO NACIONAL
25 e 26 de maio de 2015

Ensino Público e Privado: que desafios?

Para tal, é importante a criação e adoção, em todas as escolas a nível nacional, de salas de estudo e modos diferentes de apresentação de conteúdos programáticos. Ou seja, os conteúdos lecionados devem ser apresentados aos alunos de acordo com as condicionantes que advêm do meio social, cultural e familiar onde se inserem, mantendo-se, no entanto, os programas idênticos em todas as escolas, de forma a garantir a igualdade de todos os alunos.

4. Diminuição do número de alunos por turma nas escolas públicas a médio e a longo prazo, permitindo às escolas a adaptação dos espaços letivos, mantendo um sistema equitativo entre alunos de vários níveis por forma a melhorar o aproveitamento escolar daqueles com mais dificuldades.
5. O financiamento do ensino privado só deve ocorrer quando não houver ensino público à disposição dos utentes. Isto é, deve reduzir-se substancialmente o financiamento aos colégios privados e semiprivados, canalizando os fundos excedentários resultantes do ajuste do orçamento, visando a melhoria da atual rede de escolas públicas e maior autonomia a nível de recursos materiais, humanos e financeiros.
6. Rever, de forma integrada, a rede escolar (pública e privada), retirando o financiamento ao ensino particular nas situações em que tal já não se prova estritamente necessário por questões socioeconómicas, demográficas ou de acessibilidades, direcionando os fundos retirados ao ensino privado para passar a custear mais o ensino público ao nível dos transportes, alimentação, material escolar, entre outros, ao abrigo da lei. Todavia, e reconhecendo o possível

SESSÃO NACIONAL
25 e 26 de maio de 2015

Ensino Público e Privado: que desafios?

encerramento de muitos destes estabelecimentos (e as consequências negativas que daí adviriam), configurar-se-ia a hipótese de dar continuidade ao financiamento de cada escola caso esta apresente renovada orientação para o ensino profissional, num quadro de especialização regional e/ou de ligação às empresas, se tal se provar viável ou um projeto educativo diferenciado e cuja oferta não se sobreponha à da escola pública.

7. Diminuir as desigualdades das escolas privadas em relação às públicas, tornando possível uma correção dos desequilíbrios existentes, nomeadamente aumentando as inspeções surpresa em todas as escolas e criando novos métodos de acesso ao ensino superior, com entrevistas e avaliação de competências práticas.
8. Introduzir a obrigatoriedade da realização das provas finais do ensino secundário e do terceiro ciclo por alunos do ensino público e privado nos mesmos locais, sendo vigiados por professores de ambos os ensinos, permitindo assim uma maior transparência neste modo de avaliação externa.
9. Criação de uma Assembleia de Estudantes dos Ensinos Secundário Público e Privado (AEES) que faça a ligação entre as escolas públicas e privadas, o Conselho Nacional de Educação e a Assembleia da República. A AEES apresentaria depois os seus pontos de vista junto dos deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, para que estes pudessem levar a sua voz ao Parlamento.
10. Consideramos que as escolas devem ter autonomia no desenho político, nomeadamente ao nível da gestão interna, já que os problemas que advêm do

SESSÃO NACIONAL
25 e 26 de maio de 2015

Ensino Público e Privado: que desafios?

facto de esta gestão ser externa afetam fortemente alunos, corpo docente e não docente. A autonomia possibilita maior gestão no desenvolvimento curricular e organização escolar, garantindo assim aos alunos um melhor aproveitamento.

Os Membros da Mesa



Presidente, Lara Lopes



Vice-Presidente, Mamede Fernandes



Secretário da Mesa, Joaquim Nolasco Gil



Secretário da Mesa, Paulo Carlos